

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELE BORGES PATRICIO

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO QUILOMBO SÃO ROQUE/SC

CURITIBA

2021

FRANCIELE BORGES PATRICIO

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO QUILOMBO SÃO ROQUE/SC

Trabalho De Conclusão de Curso apresentado como requisito à conclusão da Pós Graduação ao MBA em Gestão Ambiental, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Professora: Dr(a) Luciane de Fátima Neri

CURITIBA

2021

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que direta e indiretamente contribuíram para que essa experiência pudesse ser realizada e compartilhada de maneira harmônica e verdadeira.

A Comunidade Quilombola por me receber no coração de sua família e partilhar saberes, histórias, experiências e laços de gratidão e amizade. Com vocês pude entender mais sobre resistência, dignidade, solidariedade, compaixão e coragem. Obrigada “por me levar a ver o mundo um pouco mais de cima”.

A minha orientadora Professora Dra. Luciane, pelas conversas, indicações e visões que agregaram a esse estudo valor e aprofundamento.

A Kenia Valadares pela abertura ao diálogo e contribuição na consolidação do TBC da comunidade.

Ao Gustavo Rastro por compartilhar os singulares e lindos registros da comunidade e belezas naturais da região da Pedra Branca.

A minha amiga de infância, Tamires Monteiro por compartilhar sonhos comigo.

A minha família pelo suporte e paciência em meio a um período de muitos acontecimentos desafiadores, porém de muito aprendizado e parceria.

E ao meu filho Benjamin por me trazer uma maneira única de amar e me lembrar de coisas que desaprendi.

Para além de um acúmulo de conhecimento, essa pesquisa possibilitou compartilhar afinidades e por meio de encontros e desencontros, gerar experiências percebidas como únicas porque em sua delicadeza são as que nos possibilitam apreender com o outro.

RESUMO

Este relatório pretende analisar como o Turismo de Base Comunitária tornou-se um aliado no desenvolvimento do Quilombo São Roque/SC. Os dados foram levantados por meio de formulários turísticos disponibilizados pelo Ministério do Turismo, durante uma vivência na comunidade. É uma pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório para diagnosticar a oferta turística no intuito de contribuir para seu aprimoramento e autonomia financeira e territorial. A comunidade está localizada no estado de Santa Catarina (Brasil), entre o Parque Nacional Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral, atualmente em processo de regularização fundiária pelo Decreto nº 4.887/2003.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Turismo de Base Comunitária. Turismo de Experiência. Turismo Sustentável. Ecoturismo.

ABSTRACT

This report aims to analyze how Quilombo São Roque/SC used Community Based Tourism as an ally for its development. The data was collected through tourist forms provided by the Ministry of Tourism, during an experience in the community. It is a qualitative research, with exploratory focus to diagnose the tourist offer in order to contribute to its improvement, including financial and territorial autonomy. The community is located in Santa Catarina state (Brasil), between the Aparados da Serra National Park and the Serra Geral National Park, currently in the process of land regularization by Decree n. 4.887/2003.

Keywords: Quilombola Community. Community Based Tourism. Experience Tourism. Sustainable tourism. Ecotourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Mapa da localização da comunidade São Roque/SC.	12
Figura 2: Cartaz criado pela comunidade durante capacitação com o ICMBio,2018.	14
Figura 3: Feira Viva	17
Figura 4: Festa de São Roque	17
Figura 5: Apresentação de dança africana.....	18
Figura 6:Trilha do encontro das águas	18
Figura 7: Coleta de espécies na Feira Viva.....	18
Figura 8: Eliseu no topo da Pedra Branca.....	18
Figura 9: Salão comunitário e camping	22
Figura 10: Abayomis	23

LISTA DE ACRÓNIMOS

CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade
Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

GTI - Grupo de Trabalho Interinstitucional

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MNU - Movimento Negro Unificado

MPF - Ministério Público federal

NGI Serra Geral – Núcleo de Gestão Integrada da Serra Geral

NGIAS - Núcleo de Gestão Integrada Aparados da Serra

NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações

PNAS – Parque Nacional Aparados da Serra

PNSG – Parque Nacional da Serra Geral

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

TBC - Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de Conservação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REVISÃO DE LITERATURA	7
3	OBJETIVOS	9
3.1	OBJETIVO GERAL	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4	JUSTIFICATIVA	9
5	MATERIAIS E MÉTODOS	10
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
6.1	HISTÓRIA.....	12
6.2	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA.....	16
6.2.1	PONTOS FORTES	16
6.2.2	PONTOS A MELHORAR	21
6.3	DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA	22
7	CONCLUSÕES	26
	REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

As 32 famílias que compõem a Comunidade Quilombola São Roque/SC, são remanescentes de ex-escravos africanos que desde 1824 se concentravam no vale da Pedra Branca buscando por melhores condições de vida.

Presente entre os municípios de Praia Grande/SC e Mampituba/RS, subsiste com restrições ao uso do território pois foi incluída dentro da área do Parque Nacional Aparados da Serra (PNAS) pelo Decreto nº 47.446/1959 e posteriormente, com a criação do Parque Nacional Serra Geral (PNSG) pelo Decreto nº 531/1992.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) reconheceu oficialmente a Associação de Remanescentes de Quilombo São Roque (ARQSR) como remanescente de quilombos em 2004, e desde então com a iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vem-se conduzindo o processo administrativo para a regularização das terras pelo Decreto nº 4.887/2003¹, ainda em trâmite.

Em 2017 a comunidade e o Instituto Chico Mendes da Conservação de Biodiversidade – ICMBio firmaram um termo de compromisso visando regulamentar o uso e o manejo nas áreas, formando-se assim vínculos de cooperação. A partir disso, o Turismo de Base Comunitária (TBC) veio ao encontro de algumas oportunidades que a comunidade gostaria de experimentar, com protagonismo comunitário, integrando os seus modos de vida tradicionais e a conservação da sociobiodiversidade.

Esta pesquisa abordará o TBC a partir de alguns aspectos. Inicialmente compilando fatos históricos que contam o seu surgimento na comunidade, para então desenvolver algumas perspectivas conceituais. Por meio da coleta de dados sobre as atividades desempenhadas na comunidade, serão analisadas as oportunidades e fraquezas da oferta turística, gerando um diagnóstico que visa agregar ao seu aprimoramento.

¹ Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para iniciar a pesquisa é necessário entender o contexto histórico e cultural que influenciou a formação social da Comunidade Quilombola São Roque/SC, (TEIXEIRA, 2008)². Documentos datados de 1859 relatam que as terras já eram habitadas por ex-escravos. Com o laudo sócio antropológico³, encontrou-se detalhes do processo de regularização fundiária das terras embasado no direito dos remanescentes das comunidades dos quilombolas às terras ocupadas⁴. A trajetória do INCRA-RS na aplicação do Decreto nº 4.887/2003 é documentada também no laudo. Adicionalmente, considerou-se importante a abordagem dos conflitos socioambientais decorrentes da presença humana em unidades de conservação (UC), apresentada no estudo de caso sobre a comunidade (DIAS, 2010).

Para aprofundamento das teorias de Turismo de Base Comunitária utilizou-se para referência literária o Caderno de experiências, publicação do ICMBio (BRASIL, 2019), que reúne parte dos aprendizados de 13 UCs federais. Em leitura sobre Cruz (2016), foi possível ter mais detalhes sobre a experiência construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP.

Segundo Morais (2019), essa nova perspectiva tem sido interpretada como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida por inúmeros grupos de pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, além de outros em situação de vulnerabilidade e à margem de projetos turísticos convencionais. Nessa linha, considera-se importante uma reflexão sobre o posicionamento de resistência associado às iniciativas de Turismo de Base

² TEIXEIRA, Luana. Muito mais que senhores e escravos: Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871), 2008.

³ Compunham a equipe Ricardo Cid Fernandes e Cíndia Brustolin. O laudo sócio antropológico foi publicado em: NUER. Boletim informativo. Florianópolis: NUER/UFSC, v. 3, 2006.

⁴ Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT).

Comunitária (TBC), que diz respeito à preservação de territórios por eles ocupados tradicionalmente, (MORAES, 2010).

Baseado no Caderno de Experiências sobre Turismo de Base Comunitária em Uc's (BRASIL,2019), os Princípios e Diretrizes estabelecidos para o seu adequado desenvolvimento são:

1. A **conservação da sociobiodiversidade** e a salvaguarda do patrimônio sociocultural.
2. A **valorização da história e da cultura** como processo de reconhecimento e divulgação da história e cultura dos povos e comunidades locais.
3. **Protagonismo comunitário** no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
4. **Equidade social**, promovendo a partilha dos benefícios de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando a comunidade como um todo.
5. O **bem comum** deve se sobrepor aos interesses pessoais.
6. **Transparência** nas informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC estando à disposição de todos os envolvidos com a atividade.
7. A **partilha cultural** gerando trocas de experiências e saberes entre diferentes culturas e modos de vida, de acordo com os interesses da comunidade.
8. A **atividade complementar** de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
9. A **educação** deve ser concebida enquanto processo educativo para todos os envolvidos, contribuindo como reflexão e aprendizado sobre o patrimônio natural e histórico-cultural existente na UC e influenciando positivamente experiências futuras.
10. **Dinamismo cultural** para valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitantes.
11. A **continuidade** deve acontecer para que o processo se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado.

Para Irving (2009), a atividade turística incorpora, nos últimos anos, tanto no desenvolvimento e efetivação de suas políticas públicas como nas tendências da demanda turística, compromisso com a conservação dos recursos naturais, culturas e a inclusão social das comunidades receptoras.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar as atividades desenvolvidas no Quilombo São Roque/SC relacionadas ao Turismo de Base Comunitária.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar estudos históricos e culturais sobre a comunidade.
- Pesquisar bibliografia sobre desenvolvimento de TBC em comunidades tradicionais em unidades de conservação.
- Realizar diagnóstico turístico com o de objetivo contribuir com a estruturação dos produtos e serviços de acordo com conceitos do TBC.

4 JUSTIFICATIVA

A complexidade em traduzir a essência de uma cultura como promoção para o turismo é um desafio que requer sensibilidade e dedicação e pode traduzir-se em instrumento de poder para comunidades em luta pelo território. Por isso é importante que essa prática esteja pautada na autonomia das culturas locais, na conservação ambiental e na socioeconomia solidária (SILVA et al., 2008). O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) traça como princípios comuns ao TBC: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Nos últimos 15 anos, cresceu significativamente a demanda dos povos e comunidades residentes em áreas naturais, inserindo as ações de visitação realizadas ou previstas para essas Unidades de Conserva o (UC). Paralelamente, muitos

gestores do ICMBio passaram a visualizar o envolvimento desses atores como um importante caminho para fortalecer os programas de visitação, diversificar as atividades desenvolvidas e agregar valor à experiência dos visitantes, bem como incrementar a renda desses moradores e aproximá-los positivamente da gestão das UC, aumentando assim, o apoio local a estas áreas protegidas (BRASIL, 2019).

Considerando o TBC como um laboratório de transformação social, Moraes (2019), torna-se importante documentar as comunidades tradicionais que têm desenvolvido essas iniciativas e vem articulando os discursos e práticas do TBC tanto de lutas como de negócio. No contexto atual o Quilombo São Roque se apoia nesse conceito para fortalecer sua identidade cultural e promover geração de renda para seus moradores, visando conquistar maior independência e autossuficiência para os quilombolas. Os inventários são etapas importantes para as comunidades partilharem conhecimentos sobre o território, a história e os patrimônios locais. (BRASIL, 2019). Assim o diagnóstico turístico oferece um panorama que reflete a realidade atual e as mudanças do território como poderosos instrumentos de transformação social, luta e resistência.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Com o objetivo de entender o contexto em que se forma a comunidade e o embasamento de suas reivindicações, a pesquisa iniciou com análise bibliográfica sobre sua história, cultura, consulta a documentos oficiais que validam os dados.

O objeto de estudo foi o Quilombo São Roque/SC, que está há quarenta minutos de carro, por estrada de chão, do centro comercial do município de Praia Grande (litoral sul do Estado de Santa Catarina) e do Município de Mampituba (litoral norte do Rio Grande do Sul). Segundo o Incra (2018), atualmente 32 famílias habitam a comunidade, cuja extensão total é de 7.327,6941 ha (sete mil trezentos e vinte e sete hectares, sessenta e nove ares e quarenta e um centiares)⁵. O lugar também é

⁵ Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território Quilombola São Roque, elaborado pela comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA nº 127/2005, substituída no decorrer do trabalho pela Ordem de Serviço/INCRA nº 043/2007;

conhecido como Pedra Branca por fazer referência ao monumento geológico ali presente. Tendo a agricultura como base de sua subsistência desde as gerações ascendentes, também possuem algumas atividades de artesanato como madeira entalhada, e desde 2018 vem-se estabelecendo o Turismo de Base Comunitária como oportunidade para o desenvolvimento.

Para validação de informações obtidas realizou-se uma vivência na comunidade para conhecer seus representantes e pessoas envolvidas nas atividades e formação do TBC. A pesquisa junto à comunidade ocorreu durante uma vivência de sete dias em outubro de 2020.

Com o objetivo de humanizar a abordagem para a coleta de dados de caráter qualitativo, baseou-se nas teorias da pesquisa exploratória de campo com estrutura livre, segundo Gil (2019): “as pesquisas exploratórias têm como propósito maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos ao fato ou fenômeno estudado.”

Para a coleta de dados, foram utilizados os formulários de pesquisa da inventariação turística, fornecidos pelo Ministério do Turismo. As categorias de pesquisa contemplam infraestrutura de apoio ao turismo, serviços, equipamentos e atrativos turísticos, e para além, os comentários adicionais estão permeados de relatos profundos, informações e críticas que contribuem para a realização de um diagnóstico. É preciso vivenciar e entender a realidade de cada lugar – interpretar, traduzir histórias, sentimentos e vidas. Assim, a preparação e a realização do inventário devem ocorrer em harmonia com o ambiente e unir, no que toca ao pesquisador, conhecimento técnico e sentimento, em uma convergência de interesses comuns com a comunidade. (BRASIL, 2011, p.21).

Com base nos dados coletados e conversas, foram identificados aspectos que serão abordados no diagnóstico como pontos fortes e pontos a melhorar.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 História

A Comunidade Quilombola São Roque surgiu a partir da dinâmica social e territorial que se estabeleceu entre as regiões da serra e do litoral, entre Cima da Serra e Roça da Estância. Ali se configurou, e ainda hoje configura, um território de refúgio e de liberdade, um território forjado nos limites das relações de domínio senhorial.” (FERNANDES, BRUSTOLIN e TEIXEIRA, 2006 p. 133).⁶

Figura 1 : Mapa da localização da comunidade São Roque/SC.



Disponível em: Google Earth <http://tecundo.com.br/google-earth/> Acesso em: 04/11/2020.

Nessa área, escravos e trabalhadores livres permaneciam uma parte do ano, cuidando da lavoura. Após a colheita a produção era levada, seja a pé, seja em mula para cima da Serra.⁷

⁶ O Boletim Informativo no3 "Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas" é uma publicação do NUER -Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas, que faz parte do Laboratório do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. (2006).

⁷ Na correspondência de 1856 entre o subdelegado de São Francisco de Paula (RS) e o presidente da província evidencia essa relação de trabalho. Nessa correspondência produzida em virtude da ingerência do sub-delegado do termo de Araranguá (SC) sobre moradores da região da fronteira entre as Províncias. A autoridade da serra

Os antepassados dos filhos da Pedra Branca aparecem classificados em três distintas gerações: aqueles que chegaram à localidade ainda na condição de cativo devido à —mobilidade que lhes era concedida, aos que vinham fugidos do cativeiro, —os pertencentes às famílias de seus senhores de Cima da Serra os Nunes, Monteiro e Fogaça, os filhos que estes tiveram já instalado no local, e os mais velhos que hoje vivem na comunidade ((FERNANDES, BRUSTOLIN e TEIXEIRA, 2006 p. 133, p.160, p. 161)

A ocupação da área – que, consoante registros históricos, iniciou-se no ano de 1824⁸, foi negligenciada no plano de manejo e o território quilombola foi incluído dentro da área de proteção integral dos PNAS e PNSG, e com as restrições impostas ao uso do solo e recursos ambientais existentes, a comunidade se viu com desafios legais para sua reprodução física e cultural.

Respaldados na legislação que protege os territórios tradicionais⁹ criou-se a Associação Remanescentes de Quilombos São Roque e com o reconhecimento da FCP as reivindicações comunitárias se concentraram em unir forças para lutar pela titulação de seu território tradicional.

O desenvolver dessas comunidades esteve e está ligado ao meio em que vivem. Segundo Fiabani (2005), os quilombolas empregaram sua capacidade produtiva utilizando os recursos naturais disponíveis como meios de sobrevivência, por isso a terra está tão ligada a esse povo, pois dela advém a subsistência desde o

explica o sistema de trabalho que ocorre entre os campos e as escarpas "esses indivíduos (que estão roçando nas escarpas) parte do ano moram nesta freguesia e que só passam para lá três léguas mato dentro quando vão fazer suas roças". No mesmo sentido o pároco de São Francisco escreve que esses moradores em certas épocas do ano moram nos campos da freguesia e só moram lá (na costa) três léguas adentro quando vão fazer roças. AHRS-Polícia, maço 53, São Francisco de Paula de Cima da Serra e AHRS -documentos paroquiais, maço 24, ex. 12. São Francisco de Paula de Cima da Serra.

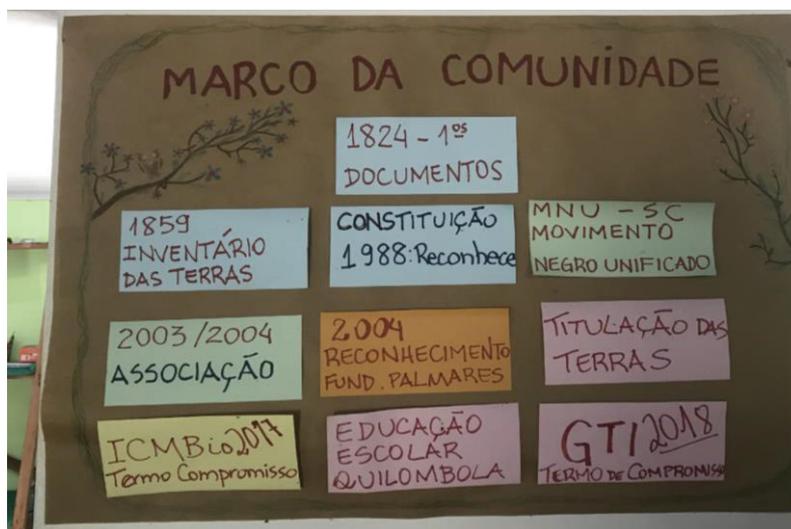
⁸ Subsidiar tal conclusão os depoimentos de pessoas que vivem no local, bem como dos próprios descendentes do grupamento negro. Registro Ação Civil Pública nº 2008.71.07.001931-1.

⁹ A Constituição Federal de 1988 inclui, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), norma estabelecida de que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

passado. Sendo assim, o deslocamento da comunidade descaracterizaria e afastaria todos que se constituíram como familiares, amigos e compadres. Atualmente, o Quilombo São Roque/SC vem dedicando esforços para divulgar a importância de sua existência na região, como protagonistas na conservação dos ecossistemas locais.

Em 2018 a Associação da Comunidade Quilombola São Roque/SC e o Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, em atenção ao Termo de Compromissos firmado com o ICMBio inicia parcerias para traçar novos rumos na gestão do território. Durante uma capacitação de condutores quilombolas, ministrada pelo ICMBio na comunidade, foi criado um cartaz para pontuar alguns dos fatos que fazem parte do marco histórico da comunidade, adiciona-se a isso algumas informações e datas relevantes.

Figura 28: Cartaz criado pela comunidade durante capacitação com o ICBio, 2018.



A autora (2020)

- (1) 1824: Primeiros registros históricos sobre os remanescentes quilombolas¹⁰.
- (2) 1859¹¹: Relatório sobre ocupação das terras.

¹⁰ A ocupação da área – que, consoante registros históricos, iniciou-se no ano de 1824 – perdura até os dias atuais, subsidiam tal conclusão os depoimentos de pessoas que vivem no local, bem como dos próprios descendentes do grupamento negro.

¹¹ Relatório apresentado a Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a Legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. Do Correio do Sul,

- (3) Constituição Federal de 1988 do artigo 68 do ADCT e o Decreto nº 4.887/2003.
- (4) Parcerias com o Movimento Negro Unificado SC.
- (5) 15 de maio de 2004: Constituição da ARQSR.
- (6) 17 de junho de 2004: Reconhecimento oficial emitido pela FCP.
- (7) Outubro de 2004¹²: RTID de Identificação e Delimitação de território quilombola.
- (8) Dezembro de 2004: Reunião com Ministério Público Federal e IBAMA, para tratar da presença de quilombolas nas áreas dos Parques Nacionais.
- (9) 2017: Assinatura do Termo de Compromisso¹³ entre o ICMBio e a ARQSR.
- (10) Projeto de Educação Escolar Quilombola¹⁴.
- (11) 2018: GTI para implementação do Termo de Compromisso.

Inicialmente, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a administração dos parques nacionais Aparados da Serra e da Serra Geral era resistente à presença quilombola, opondo-se sistematicamente à titulação da área como território quilombola. Desde o início do processo administrativo de titulação das terras, a comunidade vinha sendo vítima de sanções administrativas por parte do Ibama/ICMBio, que além de impedir seu acesso aos recursos naturais, e aplicando pesadas multas, na maioria das vezes impagáveis para os membros da comunidade.

1859, anexos, Mapa N10-. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em: 03/11/2020.

¹² Inclusão da comunidade no projeto "Quilombos no sul do Brasil: estudos antropológicos com vistas à aplicação do Decreto 4.887/2003- executado através do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas NUER, conduzido pelo INCRA e aprovado com um território de 7.327 hectares conforme o Processo nº 54210.000262/2005-41.;

¹³ Desde 2013 havia sido proposta uma ação civil pública com a Interveniência Ministério Público Federal, com mediação da união entre o Incra e o ICMBio para estabelecerem o marco legal do Termo de Compromisso visando regulamentar o uso e o manejo nas áreas necessárias à sobrevivência digna das famílias da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque no perímetro de sobreposição entre o território quilombola, porém a falta de diálogo e iniciativa institucional o termo foi assinado e oficializado apenas em 2017.

¹⁴ Política de educação escolar quilombola em parceria com o MNU-SC e Coletivo de Professores das Comunidades Quilombolas do estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: 2018.

Diante do histórico de conflitos, a reaproximação com a gestão dos parques simbolizou um nobre ato de cooperação para o início de um novo capítulo na trajetória dos quilombolas. Então a partir das parcerias desenvolvidas com o ICMBio foi realizado um diagnóstico participativo para identificar as oportunidades que a comunidade poderia desenvolver. Sendo assim o TBC veio de encontro com muitas potencialidades que a Comunidade precisava e gostaria de explorar, e também, como um recurso imaterial capaz de proporcionar episódios onde seus membros protagonizam o turismo, gerando um modelo de gestão participativa, democratização de oportunidades e valorização da história e cultura local. Eludindo assim, a uma “nova filosofia de se fazer e de se pensar o turismo” (IRVING, 2009), na região de Praia Grande.

6.2 Inventário da Oferta Turística

Por meio do inventário, levantou-se várias categorias de informações com o objetivo de catalogar as atividades desempenhadas pela comunidade assim como algumas possibilidades de melhorias.

Ao interpretar as informações é importante analisar que alguns pontos são ambíguos: existem categorias com pontos a melhorar que já estão sendo desenvolvidas em algum nível, e outras que são pontos fortes mais ainda precisam de investimento ou aprimoramento. Para tanto, é importante considerar as informações adicionais.

6.2.1 Pontos Fortes

Foram catalogados mais de 200 itens entre informações institucionais, instalações e equipamentos, serviços, atividades turísticas, características físicas e culturais. As informações estão condensadas em categorias para auxiliar na análise.

- **ASSOCIAÇÃO OFICIALIZADA**

Associação dos Remanescentes de Quilombos de São Roque/SC, reconhecida pela Fundação dos Palmares como Comunidade Tradicional Quilombola.

- **ATRATIVOS**

Eventos: A comunidade realiza alguns eventos tradicionais e anuais, e também abrigam eventos externos, como o Off-Beat, um popular evento de Base Jump da região.

Março: A **Feira Viva** reúne exposição e venda de artesanatos, música autoral tradicional, contação de história, venda de produtos da agrobiodiversidade local e culinária típica.

Figura 53: Feira Viva



Fotografia: Danilo Barreto (2018)

Agosto: **Festa de São Roque** é uma comemoração em homenagem ao padroeiro da comunidade, festa religiosa, que envolve missa, almoço comunitário e baile

Figura 76: Festa de São Roque



Fotografia: Danilo Barreto (2018)

Novembro: **Evento da Consciência Negra** onde acontecem exposições de alunos da educação quilombola, exibição de filmes e eventos culturais

Figura 103: Apresentação de dança africana



Fotografia: Danilo Barreto (2018)

Trilhas guiadas por condutores quilombolas para contemplação da natureza local e podem incluir passeios às roças coletivas, banhos de rio, comida caseira sob encomenda. A comunidade conta com vinte e quatro condutores devidamente capacitados no curso de Ecoturismo em Unidades de Conservação com foco em Comunidades Tradicionais; certificados e capacitados para operar como guias

Figura 122: Trilha do encontro das



Fotografia: Gustavo Rastro (2019)

Praticam a **agricultura** para subsistência de plantio, colheita e manutenção totalmente manual. Possuem extensa experiência e **sabedoria sobre cultivo de orgânicos e ervas medicinais**, atuando inclusive como referência para pesquisadores e estudantes de agroflorestal.

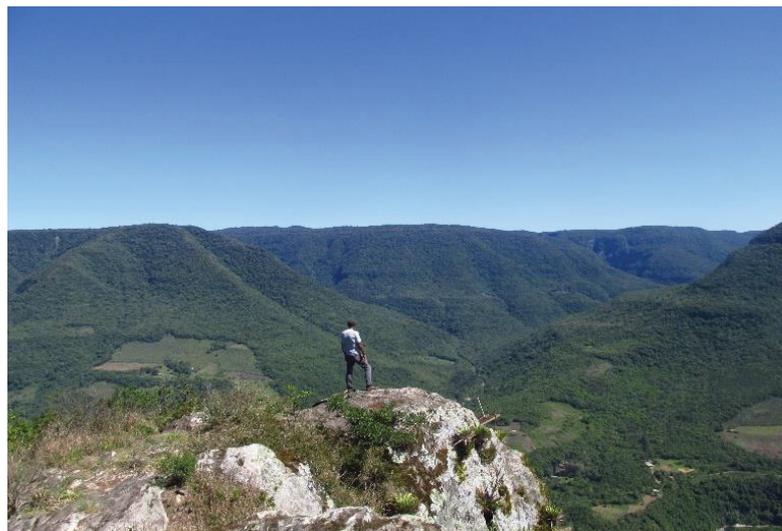
Figura 7: Coleta de espécies na Feira Viva



Fotografia: Gustavo Rastro (2019)

Riqueza da fauna, flora e paisagens naturais inéditas. A comunidade tem sua existência numa região em que parte do seu território se encontra no interior de dois Parques Nacionais: Aparados da Serra e Serra Geral, ou seja, um patrimônio natural e geológico de belezas exuberantes, com rios, cachoeiras e piscinas naturais.

Figura 8: Eliseu no topo da Pedra Branca



A autora (2020)

- **EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

A comunidade dispõe de um **salão comunitário** para realização de eventos, cursos, encontros e vivências e também **espaço para camping**, com banheiros.

Figura 9: Salão comunitário e camping



A autora (2020)

Hospedagem familiar para grupos seletos.

Produção em artesanato como cestaria, produção de balaios e madeira entalhada. As atividades fazem parte das oficinas “Saberes e Fazeres” ministradas pela comunidade durante o evento da Feira Viva, onde também é realizada a oficina de *Abayomis*¹⁵, bonequinhas de pano símbolo da cultura africana juntamente com Oficina de Mandalas.

¹⁵Para acalantar seus filhos durante as viagens as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção para as crianças. Contos relatam que as pequenas abayomis, serviam também como uma maneira de identificar os seus filhos em situações em que eram separados das mães.

Figura 10: Abayomis



A autora (2020)

6.2.2 Pontos a Melhorar

- Restrições ao uso do território devido pendência do processo de regularização fundiária.
- Ainda não fazem parte de uma Rede de TBC.
- Competitividade com os empreendimentos turísticos da região.
- Apenas um contato de telefone para agendamentos e informações.
- A comunidade não tem site para divulgação ou comercialização do turismo.
- Para algumas atividades não existe uma disponibilidade específica do equipamento para o turismo.
- Muitas atividades e roteiros ainda não possuem precificação fixa. O valor é definido de acordo com a quantidade de pessoas e o tipo do evento, por exemplo, gerando variação de preços.
- Disponibilidade de alimentação apenas com agendamento.
- Insuficientes placas de sinalização de trilhas, regras e diretrizes.
- Não há registro de controle de visitantes.
- O transporte público chega até o centro de Praia Grande há 21km de distância, a chegada na comunidade ocorre por meio de transporte particular do visitante

ou *transfer* agendado com o atual presidente, mas o veículo é da família e isso causa prejuízos maiores que o retorno, principalmente pelo fato de que as estradas não são pavimentadas, e frequentemente o veículo sofre com problemas mecânicos gerando custos extras para o proprietário.

- Longa distância dos aeroportos e estação rodoviária. O aeroporto mais próximo é o de Jaguaruna/SC (148 km) e em Porto Alegre/RS (234 km).
- Déficit de serviços públicos na manutenção das estradas, gerando risco à segurança dos moradores da comunidade e também aos turistas, principalmente em condições chuvosas, considerando o histórico de enchentes.
- É a comunidade quem realiza muitas das manutenções do saneamento básico, isso deveria ser responsabilidade dos governos locais, coleta de lixo também acontece apenas uma vez por semana.

6.3 DIAGNÓSTICO DA OFERTA TURÍSTICA

O diagnóstico tem o seu enfoque na análise dos itens que compõem as oportunidades e fraquezas, identificando fatores que podem interferir positiva ou negativamente no desempenho das ações. Adicionalmente, busca-se relacionar os conceitos de TBC às atividades desenvolvidas identificando os aspectos trabalhados no local.

- Os **traços culturais** e manifestações artísticas observados nos eventos como a Feira Viva, a Festa de São Roque, os Eventos de formação de Consciência Negra, representam formas de resgate das práticas, saberes e costumes culturais. No Quilombo São Roque/SC, acredita-se que a música e a festa e a memória são elementos que os quilombolas têm encontrando como suporte para o processo de construção identitária, de reconhecimento e visibilidade política (CRISTOVÃO, 2017). As culturas devem ser valorizadas em sua dinâmica própria e as comunidades não devem se sentir coagidas a adotar um estereótipo que não fala delas (BRASIL, 2019)

- **A introdução e comercialização dos roteiros** foi essencial para dar voz à comunidade para contarem a sua própria história. Possuem programações de vivências, oficinas e manifestações artísticas que remetem a sua memória e identidade, possibilitando o resgate e disseminação de sua história no qual é possível perceber características de suas tradições.
- O roteiro das **trilhas de cooperação** dispõe de vivências que visam elencar o patrimônio histórico e cultural quilombola, por meio da interação e troca de experiências com os integrantes da comunidade, assim como promover a educação ambiental contemplando a natureza, de acordo com objetivos de conservação dos Parques.
- Perfil de turistas alinhado ao público alvo: Turismo de Aventura, Pesquisa Científica, Ecoturismo.
- Existe a possibilidade de disponibilização de uma casa específica para hospedagem, representando melhorias na estrutura da **hospedagem familiar**, e aumento da capacidade de recepção de pessoas para essa atividade.
- A **produção artesanal** é limitada, já que não é a principal atividade dos quilombolas. É importante avaliar o que é possível disponibilizar como produto, considerando a possibilidade de maior demanda. Com base no inventário, eles possuem diversas habilidades para produção artesanal como cestaria, artesanato em madeira entalhada e a produção das *Abayomis* por exemplo, que são excelentes opções para comercialização de caracterização original quilombola, possibilitando renda e interação cultural.
- **Produtificação e precificação:** Observou-se a necessidade de catalogar todas atividades e valores ofertados pela comunidade. Seria indicado a criação de uma tabela de referência padrão, com preços e roteiros, de modo a facilitar orçamentos e planejamentos na comercialização das atividades. Essa carência interfere na divulgação, já que para isso, as descrições de produtos e serviços devem ser pré estabelecidas.
- Os **perfis em redes sociais** foram criados recentemente. Apesar das vantagens de parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos. Atualmente as mídias sociais representam um dos principais veículos para divulgação e captação de clientes.

Por isso torna-se relevante agregar parceiros e capacitações para a criação e publicação de conteúdo que contribua para aumentar a visibilidade do Quilombo São Roque/SC, gerando engajamento para o respeito e valorização do território quilombola – e de todo o patrimônio ambiental – por visitantes e moradores do interior e entorno das UCs.

- Atualmente o principal contato para informações sobre a comunidade e atividades turísticas é do atual presidente da ARQSR e sua esposa, pois até o momento, são a única família que possui internet na comunidade. Nesse ponto, seria importante estabelecer um **contato fixo** para que mesmo que haja mudanças nas lideranças, a continuidade dos canais de comunicação não seja afetada.
- Existe certa **competitividade** nociva por parte dos empreendimentos locais. O ideal seria a colaboração de maneira a favorecer o reconhecimento e divulgação do território como patrimônio cultural e dos quilombolas como **legítimos agentes do turismo e preservação** do local. Os condutores quilombolas são qualificados para desempenhar as atividades de condução e possuem mais familiaridade com as suas características físicas. É obrigatório que, sendo um território tradicional, todas as atividades turísticas desenvolvidas no local devem estar sob gerenciamento da comunidade e respeitando suas diretrizes. Muitos guias e empreendimentos turísticos da região levam os turistas sem orientar sobre a existência da comunidade tradicional e ao menos se dispõem a colaborar financeiramente com alguma taxa de acesso. Isso representa descaso e desrespeito, tanto do ponto de vista histórico quanto patrimonial, já que é a comunidade quem realiza a manutenção das trilhas e conservação do local, muitas vezes limpando o lixo deixado por esses indivíduos.
- Diante do contexto torna-se importante criar uma **Carta de Princípios e Diretrizes do Quilombo São Roque/SC**, estabelecendo a pactuação de regras dentro da comunidade para informar aos visitantes sobre comportamentos que os moradores não desejam ou aceitam em seu território.
- Importante investimento nas **sinalizações** para informação de regras e diretrizes, assim como sinalização de trilhas.

- Necessidade de instituir **controle de visitantes** que esteja alinhado ao plano de manejo dos parques.
- É importante considerar que em um cenário onde aconteça o aumento de fluxo de turistas torna-se necessário uma organização prévia para **disponibilidade com regularidade** de lanches ou produtos alimentícios. Relacionando também com os equipamentos dispostos para o turismo, seria importante estabelecer a reserva desses equipamentos apenas para o turismo, na medida do possível.
- **Usos conflitantes do território** que afetam a unidade, a comunidade e seu entorno. Existe muita pressão antrópica, retirada de madeira e plantio de bananeira nas encostas, não indicadas por ser uma zona de amortecimento, assim como turismo predatório externo e invasão do parque para caça. Esse cenário apresenta desafios à comunidade pois as pessoas que se posicionam contra as atividades predatórias, sofrem hostilização e até mesmo sofrem ameaças e perseguições. Existe nas entrelinhas, certa resistência por parte dos moradores terceiros (que não são quilombolas) de estabelecer o Turismo de Base Comunitária, e mesmo à titulação das terras, por motivo de possível desapropriação dos não quilombolas residentes.
- Os membros da comunidade diferem no nível de interação que querem ou estão qualificados para ter com o turista e as atividades turísticas. Isso não seria um problema considerando que o TBC prevê o desenvolvimento do atributo turístico respeitando os desejos e restrições previstos pela comunidade. Ainda assim, é essencial **reforçar o engajamento e identificação de todos da comunidade** no desenvolvimento das atividades do TBC, por meio de reuniões ou encontros (quando possível), que favoreçam tanto interação social quanto informações sobre o desenvolvimento das atividades e compartilhamento adequado dos recursos financeiros obtidos. No Quilombo do Campinho e na TI Parati Mirim (RJ), do povo Guarani Maya, existem acordos que preveem o pagamento individual para aqueles que trabalham diretamente no TBC naquele dia e o pagamento coletivo de uma taxa de visitação direcionada à comunidade como um todo e suas organizações representativas (BRASIL, 2019).

- Parceria com o **Projeto** Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul em processo para ter seu território reconhecido como um Geoparque Mundial da Unesco, **Geosítio Pedra Branca**. O projeto está bastante avançado, porém pendente por motivo da pandemia COVID-19.
- Seria importante buscar integração em alguma **rede de TBC** gerando intercâmbio de experiências e incentivando processos de aprendizagem coletiva.
- Parceria sendo desenvolvida para criar o currículo cultural da Associação e facilitar inscrições em projetos culturais.

7 CONCLUSÕES

Durante os dias de vivência no Quilombo São Roque/SC pode-se conhecer uma história muito bonita e de muita superação. A experiência, inicialmente com fins acadêmicos, naturalmente se tornou uma oportunidade para compartilhar conhecimento e laços de amizade.

“Não me importa o que você tem no bolso o que importa é o que você é por dentro, como pessoa” as palavras do Presidente da Associação Remanescentes do Quilombo São Roque, Eliseu Pereira, revelam o que de fato é valioso para a comunidade, o humano e sua verdadeira essência. Isso nos apresenta um questionamento complexo: Como capitalizar ou produtificar uma cultura? Uma história? Uma luta? Muito além de um simples produto, o valor essencial a ser agregado a essa comunidade é através de respeito, suporte, educação, visibilidade, e dos direitos humanos básicos.

A definição uma comunidade quilombola assume antes de tudo um caráter de resistência e resiliência. Nesse sentido o TBC tem representado um caminho para garantia da reprodução física e cultural do Quilombo São Roque/SC, assim como promover sua autonomia financeira e soberania sobre seu território tradicional.

A partir do diagnóstico turístico é possível estabelecer e executar planos, projetos, roteiros, ações de capacitação e inúmeras outras iniciativas, com intenção de favorecer um melhor resultado no desempenho das atividades do TBC subsequentes, sejam de planejamento, gestão ou de promoção turística.

O acervo literário existente sobre o Quilombo São Roque/SC aponta os benefícios de parcerias com instituições públicas, privadas, acadêmicas e voluntários da sociedade como significativas contribuições nos campos de pesquisa que permitiram estruturar as atribuições da comunidade. O apoio de instituições como MNU, INCRA, ICMBio, NGLAS, IFSC, UFSC, CNPT, MPF e NUER, representaram um valioso suporte para qualificar a demanda local e aferir a legitimidade.

A problemática da territorialidade representa uma pedra no caminho do desenvolvimento da comunidade. Diante disso, o TBC vem trazendo a possibilidade de articular de maneira benéfica e equilibrada os anseios do quilombo e da conservação do parque. Considerando o Decreto nº 4.887/2003, que estabelece para Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação: Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, os órgãos envolvidos tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado (BRASIL, 2003).

Lembrando ainda que o conceito de sustentabilidade, assim como do desenvolvimento sustentável, é amparado por três pilares: econômico, social e ambiental, é necessário reforçar a importância do Quilombo São Roque/SC para o real desenvolvimento sustentável do parque, pois enquanto um pilar exclui o outro, nenhum deles estará consistentemente edificado.

REFERÊNCIAS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - nº ACP 2008.71.07.001931-1.

ALLISON, Michael, KAYE, Jude. **Strategic Planning for Nonprofit Organizations: A Practical Guide and Workbook**. 2015

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber, BURSZTYN, Ivan. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, pp. 76-91, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**. Ana Clévia Guerreiro Lima. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

BRASIL – ICMBio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: Caderno de experiências** - 1. ed. - Brasília, DF. 2019

BRASIL. Instituto Chico Mendes de biodiversidade da conservação. **Parque Nacional de Aparados da Serra**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra/>. Acesso em 07/10/2020.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA**. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=158>. Acesso em 07/10/2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHRISTÓVÃO, Silvia Regina Teixeira. **Festa, música e memória na comunidade quilombola de São Roque (SC) e os vetores de uma identidade étnica como demarcação de território e pertencimento**. Pelotas, RS. 2017

CRUZ, Francinete Pereira. **O lugar do turismo no programa Brasil quilombola: A Experiência Construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP.** Brasília, 2016

FERNANDES, R. C., BRUSTOLIN, C. e TEIXEIRA, L. Relatório Antropológico: A Comunidade São Roque. Boletim Informativo NUER, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 131-186, 2006.

FERNANDES, Talita. **Especial Pesquisa: UFSC contribui para identificação de comunidades quilombolas.** Notícias da Agência de Comunicação da UFSC, Florianópolis, 30 out. 2007. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2007/10/especial-pesquisa-ufsc-contribui-para-identificacao-de-comunidades-quilombolas-2/>. Acesso em: 27 set. 2020.

FIABANI, Ademir. **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções.** XXIV Simpósio Nacional de História. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas. 2019

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Edital do território quilombola de São Roque.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2007. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/territorio-quilombola-sao-roque-sc-esta-em-processo-de-titulacao.html>. Acesso em: 27 set. 2020

IRVING, Marta. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, Marta; AZEVEDO, Júlia. **Turismo: o Desafio da Sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. **Relatório apresentado à Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2.a sessão da 8.a Legislatura.** Porto Alegre,

Typ. Do Correio do Sul, 1859. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acesso em: 03/11/2020.

MORAES, Edilaine Albertino de. **Siga os atores e as suas próprias ações**: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil / Edilaine Albertino de Moraes. -- Rio de Janeiro, 2019.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA. Publicado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de São Roque. Disponível em: LINK. Acesso em 27 out. 2020

PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.exibeUc&idUc=158>. Acesso em 07/10/2020.

Projeto de Educação Ambiental Quilombola 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10152-projeto-de-educacao-ambiental-beneficia-quilombolas>(Acesso em 27/11/2020)

SANTA CATARINA. Tribunal Regional Federal da 4ª região. **Consulta processual unificada**: ação civil pública nº 2007.72.04.001338-9. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_pesquisa&dnRefId=&txtPalavraGerada=&strSecao=TRF&txtValor=N200772040013389%20&seIForma=NU&txtDataFase=01/01/1970&chkMostrarBaixados=. Acesso em: 27 set. 2020.

SILVA, Louvani de Fátima Sebastião; GOULART, Elisângela de Fátima Motta. **A sobreposição territorial de parque nacional em terras de remanescentes de quilombo e a efetivação do artigo 68 da ADCT/88**: Um exame do caso comunidade São Roque – Pedra Branca, município de Praia Grande/SC. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4559275.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

TEIXEIRA, Luana. **Muito mais que senhores e escravos**: Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871), 2008

WIKIPARQUES. **Parque Nacional de Aparados da Serra**. Disponível em: https://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Nacional_de_Aparados_da_Serra. Acesso em 07/10/2020.